

## O saber negociar: a inserção da elite local na estrutura de poder do Estado brasileiro (na transição do Império para a República)

CARINA MARTINY\*

### Introdução: a política municipal sob perspectiva<sup>1</sup>

Para compreender o funcionamento da estrutura de poder imperial e republicano não podemos deixar de atentar para a organização do poder municipal e para seu papel dentro dessa estrutura. É este o intento principal do presente artigo quando traz à luz discussões em torno do papel da Câmara Municipal e dos meios e estratégias utilizadas pelos cidadãos que se ocupavam das tarefas camarárias como forma de inserir-se na estrutura maior de poder do Estado brasileiro.

A vigência de uma legislação centralizadora e de instrumentos de controle da Câmara Municipal por parte de instâncias superiores de poder, assim como a significativa dependência financeira desta em relação ao governo provincial/estadual<sup>2</sup> são alguns dos mecanismos que buscaram limitar a ação deste órgão administrativo municipal em benefício dos postos centrais de poder, tanto no período imperial, quanto republicano.<sup>3</sup> São os mesmos registros camarários que demonstram a dependência do órgão municipal em relação a instâncias superiores, que também nos permitem questionar, ao menos parcialmente, essa falta de autonomia, revelando que, mesmo diante das restrições a que as Câmaras estavam sujeitas, estas ainda concentravam importante papel enquanto representantes dos interesses locais ante uma administração superior. Além do que, é necessário considerar que eram elas que dotavam os

---

\* Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (RS).

<sup>1</sup> O presente artigo baseia-se em ideias desenvolvidas em nossa Dissertação de Mestrado “*Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*” *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)* (MARTINY, 2010), em especial no capítulo final.

<sup>2</sup> Não foi raro encontrarmos, entre a correspondência expedida pela Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, pedidos de concessão de recursos por parte dos vereadores ao governo provincial, assim como requerimentos de aprovação de medidas tomadas no âmbito municipal, ficando evidente certa falta de autonomia do poder municipal, neste caso em especial, das Câmaras Municipais.

<sup>3</sup> Percebe-se desde o fim do período regencial um maior movimento de centralização do poder, que se cristalizou na Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) e, durante o Segundo Reinado, na reforma da Guarda Nacional (1850) e na centralização do poder na figura do Imperador. No caso do período republicano, a estrutura de poder do governo castilhistas, implementado após a proclamação, buscou garantir o controle, por parte do governo estadual, da política municipal.

indivíduos que as compunham de importantes mecanismos de controle da sociedade e economia municipal.<sup>4</sup>

A análise da documentação permite concluir que, se por um lado, tanto ao longo do Segundo Reinado quanto no período republicano, as Câmaras Municipais não gozavam de ampla autonomia para decidir acerca da administração e das finanças locais, pois havia sempre uma legislação maior que buscava controlar a ação deste órgão local, por outro lado estas se constituíram como importante *locus* de atuação para alguns indivíduos que, mesmo não recebendo remuneração para assumirem os papéis administrativos, ou não detendo grande autonomia, auferiam vantagens dos postos que ocupavam. Estes indivíduos garantiam através do cargo ocupado na Câmara, posição mais elevada em relação aos demais membros da sociedade, assim como constituíam boas relações e negociavam com esferas superiores. Prestígio, reconhecimento, poder de conceder benesses e meios para construir e ampliar uma clientela figuram entre as vantagens que um homem poderia adquirir ao ser eleito vereador. Acreditamos que, a exemplo do constatado por Fragoso para o papel da Câmara no período colonial, “Deter o controle sobre o governo da República significava pertencer ao grupo social com chances de dominar a sociedade” (FRAGOSO, 2003: 15). É este um dos fatos que nos ajudam a explicar as inúmeras – e por vezes violentas – disputas que marcavam os pleitos eleitorais nos municípios.<sup>5</sup>

Nossa análise baseia-se, fundamentalmente, nos documentos produzidos pela Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (RS) ao final do século XIX. É através da análise desta documentação que foi possível complexificar a ideia de um Estado

---

<sup>4</sup> Entre as tarefas das Câmaras Municipais estavam não somente a organização territorial do município e a constituição das leis que permitiriam uma boa administração, como também o controle sobre todos os setores da economia municipal, a fixação dos impostos e a fiscalização e aplicação de multas. A elaboração do Código de Posturas Municipais – uma legislação que incidia sobre questões do cotidiano, da organização urbana e econômica municipal –, a cobrança de impostos e o controle sobre a arrematação de serviços municipais são apenas alguns exemplos que demonstram que o poder municipal não estava de todo diminuído no interior da hierárquica estrutura administrativa brasileira. Mesmo após a proclamação da República, quando da criação da Intendência, que correspondia ao poder executivo municipal, percebemos uma ação ativa dos Conselhos Municipais – nome que passaram a receber as Câmaras no período republicano.

<sup>5</sup> Este artigo não tem por intenção analisar tais disputas, mas cumpre reafirmar que estas foram constantes no século XIX. Não são poucos os autores que têm dedicado sua análise aos pleitos eleitorais do Oitocentos. Richard Graham, por exemplo, dedicou parte especial de sua obra *Clientelismo e política no Brasil do século XIX* para analisar características dos processos eleitorais no século XIX, destacando as disputas que permeavam este mecanismo político por ele denominado de “O Teatro das Eleições” (GRAHAM, 1997).

centrado no princípio de centralização. A centralização intentada nem sempre foi de toda executada, percebendo-se, através do caso analisado que, mesmo a nível municipal, negociações, sejam elas formais ou intentadas no plano da informalidade, constituíram um recurso disponível aos homens que se ocupavam da liderança local.

Com base nessas concepções este artigo propõe uma discussão acerca da possibilidade de participação política, a nível regional e imperial/republicano, por parte daqueles indivíduos que restringiram sua carreira política ao âmbito municipal. Se uma parte significativa destes nunca ocupou nenhum cargo em instância maior de poder, não significa que tenham deixado de inserir-se nas malhas do poder imperial e republicano. O contexto de análise – o fim do Império e o início da República – é, por sua vez, muito propício para compreendermos como, num período de mudança de regime político, os indivíduos pertencentes a uma elite local fizeram uso de estratégias de negociação e acionaram redes de poder que lhes garantiram a permanência no cargo. Negociação, redes e poder são conceitos centrais para entendermos como estes “homens bons”, privilegiados por deterem o distintivo social de cidadãos, buscaram garantir o exercício de sua cidadania no interior do excludente mundo da cidadania política do século XIX e do hierárquico sistema de organização do Estado brasileiro.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Não é nossa intenção, nesta breve comunicação, discutir todos estes conceitos que são fundamentais para a análise das relações políticas a nível municipal. Entretanto, nos permitimos realizar uma pequena exposição das ideias que embasaram nossa análise a partir de cada um desses conceitos. Negociação é por nós pensada a partir dos espaços de poder: compreendendo que os espaços de poder se baseiam na negociação, entendemos que, mesmo que houvesse uma estrutura centralizada de poder, em que elites locais estivessem dependentes e fossem subordinadas a instâncias mais elevadas, ainda assim vislumbrar-se-iam espaços de autonomia, conquistados graças a intensas e constantes negociações. Nesse sentido, o contato com os trabalhos de João Fragoso sobre o período colonial, no qual o historiador pressupõe a existência, no interior da estrutura centralizadora de poder do Estado português, de espaços de negociação que tornavam possível certa autonomia local, levou-nos a identificar, os possíveis espaços de autonomia utilizados pela elite municipal ao final do século XIX, mesmo que inserida em um contexto centralizador como o era o do Segundo Império e o da República castilhistas sul-rio-grandense. Para Fragoso, “a Monarquia não exercia uma autoridade plena e, portanto, as relações entre o poder central e as elites locais/regionais tinham de ser *negociadas*” (FRAGOSO, 2002: 7). A concepção de poder que aqui tomamos deriva do poder tal qual o entende Bourdieu; um poder que só pode ser exercido se for reconhecido, de modo que é este um poder que se define nas relações “entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” (BOURDIEU, 1989: 14). Partindo da ideia de que o poder se constitui relacionalmente, de grande valia para a análise tornou-se o conceito de rede social que, na definição de Michel Bertrand constitui um “[...] complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y mui desigualmente” (BERTRAND, 2000: 74).

## **O sentido da política local: mais que uma carreira política, um meio de atuação**

Ser vereador ou intendente tinha, para diferentes atores políticos, distintos significados. Entrar para a vida política através da Câmara Municipal poderia constituir uma maneira de alcançar outros cargos, hierarquicamente mais elevados. Ou então, ao garantir a presença de sua rede de relações na administração municipal, a garantia do controle de importantes mecanismos a nível local. No caso por nós analisado, evidenciase que os cargos municipais foram menos usados como via de ascensão política, visando a construção de uma carreira política, e mais como base de apoio para inserção dos indivíduos que compunham a elite municipal na política provincial e/ou imperial/republicana. Assim, se no que diz respeito à ocupação de cargos, ou seja, postos de poder dentro da esfera administrativa do Estado brasileiro, as elites locais tinham uma influência mais reduzida, por outro lado, quando analisamos a influência da elite local para além da ocupação de cargos, ou seja, levando em consideração as redes de poder constituídas e as negociações estabelecidas pela elite, a influência desta era muito maior, se estendendo para além da esfera local. Jonas Vargas, ao analisar o perfil da elite sul-rio-grandense do Segundo Reinado, percebeu essa imbricação e observou que

As elites provinciais [...], também absorviam e possuíam interesses em comum com parte das consideradas elites locais, que seriam as autoridades públicas paroquiais (militares, oficiais da Guarda Nacional, delegados, juízes de paz, padres, vereadores, tabeliães, entre outros), parte dos comerciantes, dos médios fazendeiros, entre outros (VARGAS, 2007: 38).

Foi tirando proveito da dependência das elites provinciais em relação às elites locais que líderes políticos municipais garantiam o atendimento de seus interesses perante autoridades superiores.

Assim, nesta análise, atentamos para os membros de uma elite que não via a política local como um degrau numa escala de cargos políticos. Tais indivíduos da elite municipal entravam para a vida política ocupando cargos a nível municipal e, muitas vezes, neste âmbito permaneciam. Este fato, entretanto, não pode nos levar à falsa conclusão de que o não-exercício de cargos em instância maior tenha excluído tais

indivíduos da política regional e imperial/republicana. A intenção deste artigo é demonstrar que, mesmo restringindo sua atuação a nível municipal, tais indivíduos estavam interessados e envolvidos em um contexto político maior e deste participaram, como demonstrarão alguns dos casos que analisaremos a seguir. Do mesmo modo devemos considerar que políticos como presidentes de província, deputados e senadores estavam muito atentos ao que se passava em âmbito local. Segundo Vargas, “[...] questões, aparentemente locais, facciosas e de pouca importância, muitas vezes chegavam até os ouvidos do Presidente da Província, demonstrando toda uma rede de interlocução entre as câmaras de vereadores e o Executivo provincial” (VARGAS, 2007: 119).

Neste sentido, o contexto da mudança de regime político, em 1889, é propício para analisarmos alguns dos meios de inserção política utilizados pela elite municipal.

### **De “membros e representantes do partido liberal” a “republicanos convictos”**

Estado do Rio Grande do Sul. Palacio do Governo em Porto Alegre, 18 de Novembro de 1889. Pelo Governo provizorio acclamado no Rio de Janeiro fui nomeado Governador Político deste Estado do Rio Grande do Sul. Como tal, tendo recebido já de muitas partes do Estado geraes adhesões, cabe-me communicar a V Mces. que por decreto de 15 do corrente foi proclamada como fórma de governo da Nação Brasileira a Republica Federativa, constituindo as províncias os Estados Unidos do Brasil. Pedro de Alcantara, imperador deposto, partiu hontem com sua familia no paquete Alagoas para a Europa, fornecendo-lhe o Governo 5000 contos para occorrer ás despesas, e mais o subsidio de 800 contos até que sobre este ponto se pronuncie a proxima Assembléa Constituinte. Conto com a leal coadjuvação de V Mces., a quem Deus Guarde. Visconde de Pelotas.<sup>7</sup>

A circular transcrita acima foi enviada pelo governador Visconde de Pelotas no dia 18 do mês de novembro de 1889, portanto, três dias depois da Proclamação da República no Rio de Janeiro. A mesma foi lida pelos vereadores Henrique Henzel, João

---

<sup>7</sup> SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Sessão do dia 20 de Novembro de 1889. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890, f. 129v-130 [Manuscrito]. Localização: Câmara Municipal de Vereadores de São Sebastião do Caí (CMVSSC).

Diehl Júnior, Pedro de Alencastro Guimarães, Carlos Guilherme Schilling, Christiano Sauer e Lourenço Dexheimer no dia 20 e nos parece que a reunião da Câmara daquele dia foi convocada em caráter de urgência, para deixar todos os edis a par do acontecido.<sup>8</sup>

De pronto, a Câmara decidia, por unanimidade, “adherir ao Governo Provisório proclamado no Rio de Janeiro, e bem assim ao Governo de V. Excia. que vem abrir uma nova era a Pátria Brasileira”. Entretanto, nota-se, através da leitura da Ata da sessão camarária, que os vereadores de São Sebastião do Caí não dimensionavam ainda o significado do ato ocorrido na capital do Brasil quando, por sugestão do vereador Pedro de Alencastro Guimarães – e que foi acolhida pelos demais – a Câmara decidiu “oficiar ao Exmo. Sr. Governador Provisório do Estado, digo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, pedindo a sua benevolência no sentido de ser posto em liberdade o Doutor Gaspar Silveira Martins”.<sup>9</sup> Como se pode perceber, mesmo antes da leitura do comunicado oficial do governo – que ocorreu somente em 20 de novembro –, a elite caiense já estava informada sobre a mudança de regime político e evidenciava a sua filiação partidária predominantemente liberal ao pedir pela libertação de Silveira Martins.

Entretanto, em poucos meses, ficava evidente à elite caiense que a hegemonia no Rio Grande do Sul pertencia, então, ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), apesar da resistência dos liberais em aceitar a nova situação. Tanto elite local – que visava garantir a permanência no poder –, quanto o PRR estadual – que pretendia manter a hegemonia e a estabilidade política no estado –, tiveram que adaptar-se à nova realidade, negociando e fazendo concessões. Assim, quando em fevereiro de 1890, o governo republicano dissolveu a Câmara e, em seu lugar, nomeou uma Junta Municipal – composta por Lourenço Dexheimer, Paulino Ignácio Teixeira e João Diehl Júnior – os nomeados para compor a Junta não eram desconhecidos da vida pública, uma vez que

---

<sup>8</sup> Acreditamos que a sessão ocorreu em caráter de urgência, porque ao final da sessão anterior, ocorrida no dia 6 de novembro, os vereadores haviam marcado como data para a realização da sessão seguinte, o dia 27 daquele mês. Além do mais, os únicos assuntos da pauta da sessão do dia 20 de novembro foram o comunicado enviado pelo Visconde de Pelotas e as medidas que a Câmara tomaria mediante a nova situação.

<sup>9</sup> SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 28 de Novembro de 1889. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890, f. 130v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

os três já haviam sido vereadores no período anterior.<sup>10</sup> E, com base no que foi possível constatar a partir da documentação analisada, ao menos dois membros dessa Junta eram liberais – Teixeira e Diehl Júnior.

A nomeação de Teixeira, Diehl e Dexheimer para a Junta Municipal parece sugerir que, diante da ausência de um quadro republicano que pudesse vir a ocupar os postos de poder no município, o governo republicano estadual optou pela cooptação daqueles que poderiam ser seus potenciais adversários, dada a condição de liderança que ocupavam em nível local. Mas, se esta pode ser encarada como uma estratégia de dominação do PRR – ou como o recurso que lhe restou –, por outro lado, pode-se considerar que, ao aceitarem a nomeação e, portanto, ao abandonarem sua antiga filiação político-partidária, esses membros da elite aderiram ao novo partido como meio de manter-se no poder. Seja como for, a necessidade de governar foi o que pautou as negociações entre membros da elite caiense, o PRR e o governo republicano. Se, para os membros da elite caiense, “tornar-se republicano” era um meio de não perder a posição ocupada, para o PRR, contar com líderes locais fortes e influentes – quando ainda não possuíam os seus próprios – era uma maneira de não tê-los como adversários e de não pôr em risco a estabilidade do sistema.<sup>11</sup>

Tal situação nos ajuda a entender porque, ao invés de republicanos, foram históricos liberais os nomeados para os cargos. Além do que, a formação tardia de um clube republicano em São Sebastião do Caí – o Club Republicano 14 de Julho foi fundado somente no ano de 1899 – reforça a ideia de que possivelmente possam ter inexistido líderes republicanos de expressão quando da proclamação da República. Diante dessa falta, certamente o governo republicano encontrou, como melhor estratégia, contar com aqueles que já representavam uma liderança municipal e que estavam dispostos a sacrificar antigas lealdades políticas, partidárias e pessoais, pela

---

<sup>10</sup> A substituição de Câmaras Municipais eleitas por Juntas Municipais nomeadas é apenas uma das muitas intervenções do governo castilhista no âmbito municipal, pois, como observou Axt, “as intervenções de Castilhos e Borges de Medeiros nos Município foram constantes”. Sobre o período pós-proclamação, Axt aponta que “Castilhos aproveitara a Revolução Federalista e o apoio do Exército para consolidar nos comandos políticos locais chefias de sua confiança” (AXT, 2001: 186).

<sup>11</sup> Este quadro que acabamos de descrever leva-nos a discordar – ou, ao menos, relativizar – da afirmação de Ana Luiza Setti Reckziegel, para quem, após a Proclamação da República, “Os liberais resignaram-se a contragosto com a nova situação” (RECKZIEGEL, 2007: 25). Esta resignação a que se refere a historiadora não encontramos, por exemplo, na postura assumida por Paulino Ignácio Teixeira – que aderiu imediatamente ao PRR – e na postura da população eleitora do distrito caiense de Nova Petrópolis – que, em protesto, deixou de participar dos pleitos.

manutenção do poder. É, pois, assim, que compreendemos a permanência de Paulino Teixeira como figura central na política local. Para além de sua nomeação para a Junta Municipal de 1890, ele também foi eleito, em 1892, primeiro intendente municipal, tendo sido reeleito para o cargo em 1896. Como foi possível constatar, Teixeira tornou-se um importante líder republicano no município de São Sebastião do Cai após a Proclamação, situação que, alguns anos antes, era bem diferente. Durante o período imperial ele foi eleito, por duas ocasiões, vereador pelo Partido Liberal (1881-1882 e 1883-1886). Era, então, um dos grandes líderes liberais do município. Em correspondências do final do período imperial enviadas por correligionários de São Sebastião do Cai ao líder liberal Gaspar Silveira Martins, Teixeira assinava como líder do Partido Liberal do município. Em 1883, Paulino Ignácio Teixeira chegou, inclusive, a assinar – na condição de presidente do partido Liberal da freguesia de Santana do Rio dos Sinos – um abaixo assinado, no qual “membros e representantes do partido liberal nesta localidade” felicitavam Silveira Martins pela nomeação ao cargo de Presidente da Província.

Essa mudança de condição de liderança, de liberal para republicano – observada no caso de Teixeira – bem como a postura do governo republicano em cooptar antigos liberais, são reveladoras de estratégias utilizadas tanto pelo governo central para garantir a governabilidade quanto pelos ocupantes dos principais cargos municipais que não estavam dispostos a perder o controle da política municipal.

Se, os membros da elite municipal aceitaram fazer concessões diante da nova conjuntura instalada na década de 1890 – e, inclusive, abandonar as bandeiras partidárias que, supostamente, defendiam até então –, não se deve pensar que isto significou que estivessem, pura e simplesmente, curvando-se às vontades do centro ou do governo castilhistas. Ao contrário, muitos políticos municipais souberam fazer uso do prestígio que haviam acumulado ao longo do período imperial, utilizando-o como fator de barganha nas negociações com as autoridades superiores. Os líderes locais estavam bem conscientes da importância que desempenhavam dentro do novo sistema e não se furtavam de afirmá-la constantemente.

A 13 de agosto de 1899, passados quase dez anos da proclamação da República no Brasil, Paulino Ignácio Teixeira, então intendente de São Sebastião do Cai (RS),



enviava a Júlio de Castilhos, uma correspondência na qual expunha as dificuldades que vinha enfrentando para governar o município. Afirma Teixeira que,

Agora ainda outras dificuldades embaraçam á minha gestão de chefe, taes como a remoção de meu cunhado do cargo de Juiz Districtal e divisão do cartório do Snr. Sergio Nogueira, os quaes ultimamente só procuram embaraçar a política da localidade sendo todos íntimos do celebre Menna Bastos, que em toda a parte e a vista destes atira-me baldões e sençuras, calinnias e injurias, já no tribunal do júri e já em outros lugares públicos.<sup>12</sup>

Outro trecho da mesma correspondência revela que, depois de cumprido quase dois mandatos como intendente municipal e contanto com grande prestígio local, Teixeira estava bem consciente da força política que desempenhava no município, e se via seguro a fazer uso dessa força no jogo político com instâncias maiores de poder. Neste excerto da correspondência, Teixeira chegou a ameaçar abandonar o cargo que ocupava caso seus desejos não fossem atendidos por Castilhos:

Por todas estas rasões, não poderei mais alem de doente, continuar no exercício dos cargos que acima fica dito, salvo se forem removidas todas estas dificuldades, [...]. Se [...] achar justos os motivos expostos ainda me animarei á continuar embora doente, não só obedecendo-vos, como a prestar meus fracos serviços.<sup>13</sup>

O caso acima exposto demonstra que:

1. mesmo ocupando um patamar mais elevado na hierarquia social, afinal, eram cidadãos políticos e, além disto, ocupavam importantes cargos políticos a nível municipal, esses membros da elite municipal tinham de recorrer à barganha política nas relações que estabeleciam com esferas de poder a que eram subordinados.

---

<sup>12</sup> TEIXEIRA, Paulino Ignácio. [Correspondência]. 1899 ago. 13 ao Exmo. Ilustrado chefe e amigo Drº. Júlio Prates de Castilhos [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Maço 39, Série 08 – Correligionários, Subsérie correspondência recebida, 1899, doc. nº. 320. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS).

<sup>13</sup> TEIXEIRA, Paulino Ignácio. [Correspondência]. 1899 ago. 13 ao Exmo. Ilustrado chefe e amigo Drº. Júlio Prates de Castilhos [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Maço 39, Série 08 – Correligionários, Subsérie correspondência recebida, 1899, doc. nº. 320. AHRGS.

2. a negociação configura-se como um meio de acesso, por parte dos membros de elites locais, à política provincial/estadual e central/federal. A prática da negociação, que poderia envolver questões de prestígio e barganha, constituindo uma relação de caráter clientelista, era um meio através do qual os indivíduos que participavam politicamente, mas que estavam à margem dos centros de poder, desempenhavam seu papel político dentro da trama do poder primeiramente imperial e, após 1889, republicana.

Teixeira, certamente, sabia que seu apoio era fundamental para as vitórias do PRR no município, e não deixava de lembrar ao chefe político do estado que sua ação, sua capacidade de liderar localmente, de acionar as redes de relações que construía ao longo de 28 anos de vida política eram indispensáveis naquela conjuntura política:

Bem compreende o meu velho e leal amigo, que não é uma imposição que venho fazer, e pelo contrario ouvirei com toda a attenção os vossos salutaes conselhos e os cumprirei fielmente segundo a illimitada confiança que sempre me tem depositado.

Bem sabe o meu amigo que militando na política há mais de 28 longos anos conheço a localidade e sei os grandes remédios para os grandes males e é por isso que venho pedir providencias para ellas, porque á desmoralização da minha pessoa affecta a política e até ao próprio chefe.<sup>14</sup>

Parece-nos que Orestes José Lucas, também importante líder político em São Sebastião do Caí, auxiliou Teixeira nas tratativas com os líderes estaduais do PRR, fazendo uso, igualmente, de seu prestígio político. A 8 de agosto do mesmo ano – portanto, pouco antes de Teixeira enviar a correspondência a Castilhos – Lucas expressava à Comissão Executiva do Partido Republicano seu apoio a Teixeira. Em correspondência que justificava sua ausência na reunião que trataria da renúncia de Teixeira ao cargo de Intendente Municipal e de chefe de partido, Orestes José Lucas declarava:

---

<sup>14</sup> TEIXEIRA, Paulino Ignácio. [Correspondência]. 1899 ago. 13 ao Exmo. Illustrado chefe e amigo Drº. Júlio Prates de Castilhos [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Maço 39, Série 08 – Correligionários, Subsérie correspondência recebida, 1899, doc. nº. 320. AHRGS.

não aceito a renuncia e com ella não concordo e declaro desde já que se deixar esses cargos o illustrado chefe Cl. Paulino I. Teixeira, considero-me desde esse momento exonerado dos cargos que me estão confiados recolhendo-me ao meu lar e continuando unicamente como soldado republicano.<sup>15</sup>

Acreditamos que a ameaça de afastamento que Lucas fazia deve ser entendida como uma forma de pressão sobre a executiva do partido e o governo republicano para que concedessem o apoio que Teixeira desejava.

Assim, se Teixeira não era unanimidade em São Sebastião do Caí – afinal havia sido esta a motivação da correspondência enviada a Castilhos – ele ainda representava o poder de um chefe local. Parece-nos que nesta correspondência Teixeira reivindica para si o papel de liderança local inquestionável, capaz de mobilizar aliados e controlar a política local.<sup>16</sup> Paulino Teixeira tinha, pois, uma longa história de vida pública e seu poder não poderia ser desprezado. Apesar das contestações que sofria no município ao final do segundo mandato como Intendente, ainda contava com o apoio dos republicanos de São Sebastião do Caí, como se depreende de um abaixo-assinado, datado de 3 de abril de 1900, no qual 296 eleitores que se autodenominavam “republicanos convictos”, pediam pela permanência de Paulino Teixeira no cargo. O

---

<sup>15</sup> LUCAS, Orestes José. [Correspondência]. 1899 ago. 8 a Ilustre Comissão executiva do partido republicano [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Caixa 10, Maço 45, Série 08 – Correligionários, Subsérie 02 – Correspondência entre correligionários, 1890-1903, doc. n.º 959, AHRGS.

<sup>16</sup> A correspondência revela também outros aspectos das relações estabelecidas entre elites locais e instâncias superiores de poder. No caso da relação de Teixeira – líder local – com Castilhos – chefe maior do PRR e do estado –, a correspondência evidencia que essa relação poderia ultrapassar as fronteiras do público – ou seja, do que é relativo a uma relação entre chefes políticos – para denotar uma relação pessoal e própria do espaço privado. Por várias vezes, pode-se observar Teixeira referindo-se a Castilhos como seu “amigo”, um “velho e leal amigo”, revelando uma característica própria das relações políticas vigentes no período imperial e que seriam mantidas após a Proclamação da República: a indistinção entre o público e o privado. Na verdade, o sistema coronelista, que institucionalizou as relações clientelistas que desde tempos marcaram a política brasileira, tem nas relações pessoais uma de suas marcas. Outro aspecto que merece ser destacado são as muitas reclamações de Teixeira sobre a dificuldade que teve para comunicar-se com Castilhos – por duas vezes, tentou audiência, tendo que recorrer a um amigo em comum para conseguir entregar suas reclamações. O que Teixeira parece expressar é um certo descontentamento por ter sido relegado a uma situação secundária. Por fim, esta correspondência nos revela que a nomeação de cargos políticos dependia de negociações entre os líderes estaduais e os chefes locais, como se depreende deste trecho da carta no qual Teixeira pede pela remoção de um promotor: “Deve o amigo saber que desde longa data insisto pela remoção do promotor Adolpho de Amaral Lisboa, e ainda não esqueci a conferencia, que tive a respeito em vossa casa no arraial da Glória e em outras muitas vezes fazendo igual pedido ao Exmo. Dezembargador Borges de Medeiros” (TEIXEIRA, 1899, doc. n. 320).

abaixo-assinado, dirigido ao chefe do PRR, Júlio Prates de Castilhos, por intermédio do escrivão do Juiz Distrital de Santana do Rio dos Sinos, Tenente Coronel Franklin Augusto de Amaral, dizia o seguinte:

Exm<sup>o</sup>. Snr. Dr. Julio Prates de Castilhos, digno e benemérito chefe do partido republicano do Estado. A presença de Vx<sup>a</sup>. comparecem por suas assignaturas, os eleitores abaixo republicanos convictos, não com o fim de agitar candidatura antes da autorizada palavra de VEx<sup>a</sup>., mas tão somente com a intenção que Julgar alias justa, de fazer em apello a VEx<sup>a</sup>. Em protesto de adesão, que correm no município, em favor de Candidatos ao Cargo de Intendente Municipal tem sido esquecido, sem motivo justificado, o nome de um homem coberto de serviços ao municipio. Este nome Exm<sup>o</sup>. Snr. é o Coronel Paulino Ignácio Teixeira. Os seus serviços publicos e politicos, estão de certo modo ligados a prosperidade do município que seria difficil ennumerar-os e não merem contestação. Assim pois Exm<sup>o</sup>. Snr. sejamos permittidos appellar para V. Ex<sup>a</sup>. a fim de que o Coronel Paulino Ignácio Teixeira continue administrando no futuro quatriênio este rico e prospero município. Saude e fraternidade.<sup>17</sup>

Sabemos que o pedido encaminhado por estes republicanos não foi atendido, pois, como nos informa Alceu Masson, “Em 11 de agosto de 1900 assumiu o cargo de intendente o sr. Orestes José Lucas” (MASSON, 1940: 95). Se a permanência de Teixeira como Intendente em São Sebastião do Caí, de 1892 a 1900, aponta para um certo continuísmo e estabilidade política no município, o abaixo-assinado de 1900 revela que era este efetivamente o desejo de uma parcela da elite e população locais.

Mas, porque Teixeira não foi reconduzido à Intendência, como queriam seus correligionários? Teria sido esta uma decisão tomada por Castilhos? Teria sido expressão da vontade do próprio Teixeira? Infelizmente, não localizamos respostas para tais questões na documentação consultada. Cabe, no entanto, ressaltar que, se é possível observar certa estabilidade na ocupação de cargos a nível municipal no período que se seguiu à Proclamação da República, é preciso também considerar que esta era também muito frágil, na medida em que dependia de acordos entre as diferentes instâncias de

---

<sup>17</sup> CENTENO, Major César José et al. [Manifesto]. 1900 abr. 3 ao Exmo. Snr. Dr<sup>o</sup>. Júlio Prates de Castilhos [Manuscrito]. Localização: Arquivo Particular Júlio de Castilhos, Maço 16, Série 03 – Atas, Manifestos, Mensagens e Panfletos, 1900, doc. n. 19, AHRGS.

poder, entre a própria elite política local, entre esta e o conjunto da população e, também, da constituição, inclusive, de um sistema simbólico que legitimasse a adesão ao novo regime.

### **O simbolismo da adesão**

A sessão do Conselho Municipal que ocorreu em 15 de novembro de 1899, na sala da Intendência Municipal, na Vila de São Sebastião do Caí, foi uma sessão, no mínimo, distinta das demais, quer pelo número de presentes, quer pelo motivo da reunião. Diferentemente de outras sessões do Conselho Municipal, nesta fizeram-se presentes, não somente os conselheiros municipais. A sala estava, muito provavelmente, quase lotada com os 51 presentes. O motivo? A sessão, que se iniciara pela manhã daquele dia era solene e nela se realizou a inauguração dos retratos “do ilustre Sr. Presidente do Estado Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros e do inolvidável Marechal Floriano Peixoto, o Consolidador da República”.<sup>18</sup> Depois de inaugurados os dois retratos, ao som do Hino Nacional, e de realizados alguns discursos, entre os quais o do subchefe de polícia Coronel José Bento Porto, que o fizera na condição de orador oficial, o Intendente Municipal, Coronel Paulino Ignácio Teixeira convidou todos os presentes a participarem dos festejos campestres que tiveram continuidade à tarde.<sup>19</sup>

A escolha do dia para a inauguração destes dois retratos no prédio da Intendência não foi sem propósito. Muito pelo contrário. A sessão-evento ocorria no dia em que se completavam dez anos da Proclamação da República. Tal data não poderia ser ignorada por aqueles que se diziam, então, fervorosos republicanos, admiradores e

---

<sup>18</sup> SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. Ata da Sessão de 15 de Novembro de 1899. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Conselho Municipal. **Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal de S. Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1892-1900, f. 159v-160. [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

<sup>19</sup> O acontecimento que narramos de inauguração dos retratos ocorrido por ocasião do aniversário da República, em 1899, pode ser compreendido a partir da definição que Guarinello dá para o “evento singular”, denominado de “festa”: um acontecimento “laboriosamente e materialmente preparad[o]”; que conta com a participação coletiva; que interrompe o tempo social, quando então os participantes deixam de lado suas atividades rotineiras para participar; que articula-se em torno de um objeto focal que atua como motivação para a festa; e, por fim, que funciona como produtor de uma identidade coletiva entre os participantes (GUARINELLO, 2001: 971-972).

seguidores do líder republicano que há dois anos já figurava em um retrato na sala principal do edifício do Paço Municipal: o Dr. Júlio de Castilhos.<sup>20</sup>

A prática de colocar retratos de importantes líderes do regime em salas do Paço Municipal não foi exclusividade do período republicano. Na verdade, o retrato de Júlio de Castilhos e aqueles inaugurados em 1899 viriam a ocupar o lugar de outro retrato – que exposto durante o período imperial, havia sido retirado a 21 de novembro de 1889, um dia depois de a Câmara Municipal ter recebido, do Visconde de Pelotas, o comunicado sobre a Proclamação da República. Tratava-se do retrato do Imperador D. Pedro II, doado pelo Coronel Antônio José da Rocha Júnior à Câmara Municipal, em 28 de novembro de 1876. Naquela ocasião, “a Camara acceitou e mandou louvar o patriótico procedimento de tão prestimoso cidadão”.<sup>21</sup> Treze anos depois da doação, a Câmara decidia que “o retractor do ex imperador D. Pedro Segundo seja retirado do lugar que antes occupava, visto a mudança do Governo Monarchico para o de Republica Federativa”.<sup>22</sup>

Assim como os retratos, a Junta Municipal também tratou de substituir os símbolos imperiais existentes nos prédios públicos por símbolos republicanos. Na sessão da Junta Municipal de 1º de maio de 1890, a Junta ordenava ao fiscal da freguesia de Caxias e ao procurador municipal que providenciassem a retirada e recolhimento das “actuaes taboletas” existentes nas escolas públicas para substituí-las por “nova pintura com as Armas da República”.<sup>23</sup>

Ao referirmos as substituições de retratos e de símbolos nos prédios públicos, queremos chamar a atenção para a necessidade sentida pela elite local de reafirmar a adesão ao novo regime. Essa adesão simbólica também se dava através do ato de

---

<sup>20</sup> Na sessão extraordinária de 23 de janeiro de 1897, o Conselho Municipal autorizava o Intendente “a despende a quantia precisa com a compra de mobilia para o edificio da Intendência, inclusive reposteiros e outros objetos para ornamentação das salas; cuja autorização fica incluída a aquisição de um retrato do Exmo. Snr. Dr. Julio Prates de Castilhos, presidente do Estado, a fim de ser colocado na sala principal do edificio” (SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, [1897] 1892-1900, f. 101v-102).

<sup>21</sup> SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão Ordinária em 28 de Novembro de 1876. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886, f. 2 [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

<sup>22</sup> SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 28 de Novembro de 1889. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890a, f. 130v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

<sup>23</sup> SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 1º de Maio de 1890. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890c, f. 145v-146v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC.

nomeação de ruas do município. A 25 de março de 1893, o Conselho Municipal comunicava a Antônio Antunes Ribas, chefe de polícia do estado<sup>24</sup> que, por ato de 12 de março, a rua Pantaleão Paulo Pereira passava a denominar-se rua Dr. Antônio Antunes Ribas, “em signal do maior serviço por vós sempre prestados em prol da Lei, da Justiça e da República.”<sup>25</sup> Assim, percebe-se que a prática de homenagear autoridades – utilizada durante o Império por autoridades municipais – manteve-se também no período republicano. Deste modo, se, em 6 de agosto de 1882, os homenageados que tiveram seus nomes designados para denominar ruas e praças do município foram Gaspar Silveira Martins, Henrique D’Ávila, General Osório e D. Pedro II<sup>26</sup>, em abril de 1890, os homenageados foram os republicanos Júlio de Castilhos, Benjamin Constant e Ramiro Barcellos.<sup>27</sup>

O simbolismo que reveste tais atos – a doação de retrato do Imperador e a sua retirada do mais importante prédio do poder municipal para a realização da solenidade de inauguração dos retratos de importantes figuras republicanas e a homenagem prestada a autoridades locais através da denominação dada a ruas do município – constituiu uma das formas encontradas pelos membros da elite local de São Sebastião do Caí para expressar sua adesão a um ou a outro regime de poder. Não demorou, pois, para que os antes ferrenhos admiradores e defensores do Imperador passassem a defender aqueles que o haviam expurgado do poder.

---

<sup>24</sup> Antônio Antunes Ribas foi chefe de polícia do estado entre novembro de 1892 e fevereiro de 1895, portanto, durante o período da Revolução Federalista.

<sup>25</sup> TEIXEIRA, Paulino Ignácio (Intendente Municipal). [Correspondência]. 1903 mar. 25 ao Ilustre cidadão Drº. Antônio Antunes Ribas [Manuscrito]. Localização: Fundo Autoridades Municipais, Maço 364, Correspondência Expedida, Intendência Municipal de São Sebastião do Caí, 1893. AHRGS.

<sup>26</sup> SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão ordinária de 26 de Agosto de 1882. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy**. São Sebastião do Caí: 1876-1886d, f. 112-114v [Manuscrito]. Localização: AHMBM.

<sup>27</sup> SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Ata da Sessão do dia 1º de Maio de 1890. In: SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. **Livro de Atas da Câmara Municipal**. São Sebastião do Caí: 1886-1890c, f. 145v-146v [Manuscrito]. Localização: CMVSSC. Nesta mesma sessão, os membros da Junta Municipal decidiram que a Praça D. Pedro II passaria a chamar-se Praça 15 de Novembro; a Rua Tenente Guimarães se chamaria Rua do Generalíssimo; a Rua Bernardo Mateus, de Rua 13 de Maio, e a Rua da Praia seria Rua Tiradentes, em alusão ao personagem que seria alçado à condição de herói no panteão republicano.

## **Conclusão: um olhar para a política de fins do século XIX**

Como buscamos demonstrar, o quartel final do século XIX torna-se rico para a análise do comportamento da elite política local, considerando-se ter sido este um período de mudanças conjunturais que obrigaram os membros das elites municipais a redefinir suas posições políticas tendo em vista a manutenção do poder. Manutenção esta que dependia de sua capacidade de negociação, de acionar suas redes de relações e de fazer uso apropriado do capital simbólico anteriormente acumulado, obtendo, assim, o reconhecimento de seu poder.

Se, por um lado, fica evidenciado que, no período republicano, a elite local passou a depender do reconhecimento do governo e da executiva estadual do PRR para permanecer no poder, por outro, foi possível constatar que o governo e a executiva estadual do PRR precisaram contar – para poder garantir a dominação e a estabilidade política – com o apoio das lideranças municipais. Assim, se as novas condições impostas pela mudança de regime político não modificaram a composição da elite local – ou a alteraram muito lentamente –, provocaram, inevitavelmente, uma redefinição das posturas político-partidárias assumidas pelos membros da elite de São Sebastião do Caí, sem comprometimento do poder e das redes de relações – que mantinham, reforçavam ou redefiniam – e do uso estratégico da barganha para a manutenção de seu prestígio e poder político.

### **Referências Bibliográficas**

AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e justiça no Rio Grande do Sul Borgista. **Justiça & História Revista do Memorial do Judiciário**, Porto Alegre, v. 1, n. 1 e 2, p.175-216, 2001.

BERTRAND, Michel; MOUTOUKIAS, Zacarías; POLONI-SIMARD, Jacques. Presentación: el análisis de los grupos sociales: balance historiográfico y debate crítico. **Anuário del IEHS**, Tandil, n. 15, 2000. p. 17-21.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: BERTRAND, 1989.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas Notas de pesquisa. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.



Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg15-2.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg15-2.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2009.

FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, p.3-28, 2002.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). **Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec; Ed. USP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001. v. 2, p. 969-975.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”** Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). 363 f. Dissertação (Mestrado em História) – programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

MASSON, Alceu. **Caí (Monografia)**. São Sebastião do Caí: Tipografia Caiense; Kusminsky e Ely, 1940. (Edição da Prefeitura Municipal de Caí).

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A Revolução além fronteira. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **República: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1, p.23-56. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.